

Pagamento simbólico de juros pode sair sexta

JORNAL DE BRASIL *Divida Externa* 27 OUT 1987

O Brasil fará mesmo um pagamento simbólico dos juros da dívida externa em atraso com os bancos credores privados, embora não tenha ainda definido o valor nem a data em que ele será feito, o que poderá ocorrer até final desta semana ou início da próxima. A informação foi fornecida ontem pelo presidente do Banco Central, Fernando Milliet, ressaltando que o pagamento simbólico "constituirá um gesto de boa-vontade de nossa parte que esperamos seja acompanhado de uma demonstração clara dos credores de que estão dispostos a negociar um acordo viabilizador do nosso crescimento econômico".

Milliet fez estas afirmações após participar da abertura da 24ª Reunião de Técnicos de Bancos Centrais Latino-Americanos, realizada no auditório do BC. Ele descartou a possibilidade de que o País efetuasse ontem o depósito do pagamento simbólico (**token payment**): "O dia 26 não foi o Dia D". Segundo afirmou, o fato de a comissão norte-americana de reclassificação dos créditos (a Interagency Contry Exposure Risk Committee) ter iniciado ontem seus trabalhos para analisar as dívidas de 15 países não quer dizer necessariamente que o Brasil esteja entre os primeiros da lista. Sua expectativa é de que a situação brasileira seja analisada mais para o final da reunião da IRSC, até porque o País está em processo de negociação com os credores.

Caução

O presidente do Banco Central não antecipou qualquer cifra referente ao pagamento simbólico de juros, embora os credores façam gestões por um depósito no valor de US\$ 942 milhões. Segundo ele, o valor ainda está em estudos e levará em conta a capacidade financeira do País em moeda forte. Também não está definida a instituição que receberia o depósito:

em forma de caução: "Tanto poder ser o Banco Mundial quanto o Banco de Compensações Internacionais (BIS)", disse, confirmando que o seu saque estará condicionado à obtenção de um acordo para a dívida externa.

Conforme Milliet, a condição básica para que os credores recebam o pagamento simbólico de juros é de que o acordo que está sendo negociado entre os credores e os representantes brasileiros Fernando Bracher (assessor especial para Assuntos da Dívida Externa do Ministério da Fazenda) e Antonio de Pádua Seixas (diretor da Dívida Externa do Banco Central) elimine "os excessos de incertezas e indefinições quanto ao futuro para a economia brasileira".

Nesse sentido, ele considera imprescindível um compromisso dos credores de aceitação de tetos para as taxas de juros — "elemento-chave da proposta para que estejamos a salvo das incertezas futuras da economia", disse — e também de conversão de parte da dívida em títulos ou bônus. Milliet não incluiu como condição básica para o pagamento simbólico a obtenção do refinanciamento de US\$ 10,4 bilhões de juros que vencem neste e nos próximos dois anos.

Durante a abertura da reunião de técnicos dos Bancos Centrais Latino-Americanos, Fernando Milliet reclamou a necessidade de uma liderança política que "galvanize" as propostas dos países endividados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, no sentido de que o refinanciamento desses débitos se faça de forma não reces-siva, contemplando o crescimento desses países. Ele endossou a tese do conferencista da reunião, economista Edmar Bacha, de que só existem duas alternativas para a renegociação das dívidas dos países latino-americanos: a do entendimento político ou a da confrontação, estando a segunda prevalecendo no panorama atual.